

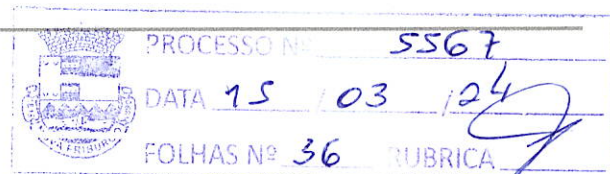


Processo: 5.567/2024

Recorrente: Distribuidora Frimineral Ltda.

Recorrida: Água Mineral Oásis da Saúde

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 90012 de 2024 - Processo Licitatório n. 33.996/2023



I - DO RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 90.012 de 2024 - Processo Licitatório n. 33.996/2023, que tem por objeto o registro de preços referente à aquisição de ÁGUA MINERAL acondicionada em galões de 20 litros, com COMODATO de 150 bebedouros elétricos e 600 galões de plástico, para atender às necessidades das Secretarias Municipais, Subprefeituras e Fundação, pelo período de 01 (um) ano.

Em síntese, a recorrente afirma que a empresa recorrida deve ser declarada inabilitada uma vez que: *a)* O produto apresentado está com rótulo não aprovado, sem publicação em diário oficial com a análise 496/19 vencida, ressaltando que em outra oportunidade a empresa foi desclassificada, no PE n.017/2023, tendo o pregoeiro apontado “Inabilitação de proposta. Fornecedor: ÁGUA MINERAL OÁSIS DA SAÚDE LTDA, CNPJ/CPF: 09.176.323/0001-05, ... Motivo: não comprovou atender às exigências editalícias quanto às exigências de Qualificação-Técnicas, dispostas nos subitens, 20.3, 20.5 e 20.6 do edital restando assim INABILITADA.”; *b)* que a qualificação técnica quanto ao produto de maior relevância da licitação foi burlada pela empresa, tendo sido apresentados documentos quanto à produtos diversos do que será contratado, com composição química dissonante; e *c)* que os atestados juntados não são válidos posto que, em parte prestado por empresa privada, e que alguns se referem à serviços que vêm sendo prestados, não estando concluídos.



Em suas contrarrazões apresentadas, a empresa contratada aduz que: a) se faz possível a apresentação de atestados parciais, referentes ao bom cumprimento de contrato em andamento; b) que o fato do rótulo encontrar-se em exigência e vencido, ainda se encontra válido; e c) que presta o serviço de fornecimento de água há anos, possuindo reconhecimento profissional para tal.

Às fls. 35, a pregoeira encaminhou os autos à esta assessoria, por se tratar de questão eminentemente jurídica.

É o relatório, passa-se à fundamentação.

	PROCESSO Nº	5567
	DATA	15 / 03 / 24
	FOLHAS Nº	37
		RUBRICA

II - DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

[...]



§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos." (sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

No caso em análise, como medida de apoio, a pregoeira entendeu pelo encaminhamento dos autos à esta assessoria, por se tratar de questão eminentemente jurídica.

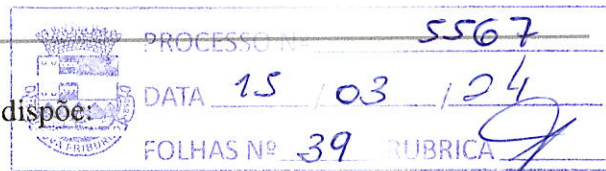
Entretanto, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria de Infraestrutura e Logística, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.



Por sua vez, o subitem 22.5 do edital assim dispõe:



“O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos”.

No caso em exame, conforme narrado no relatório, a Comissão de Pregão III se manifestou motivadamente pelo encaminhamento dos autos junto à esta assessoria para manifestação jurídica acerca das questões levantadas.

Desta forma, passa-se à análise da questão jurídica.

II.1 - Da Vinculação ao Instrumento Convocatório

Nas sábias palavras de Hely Lopes Meirelles (*Direito Administrativo Brasileiro*, 30a ed., SP: Malheiros, p. 283), o edital é a lei interna da licitação e vincula inteiramente a Administração e os proponentes.

Assim, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 5º, da Lei n. 14.133/2021, *in verbis*:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).



O princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório possui extrema relevância, na medida que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas, como leciona Licínia Rossi em seu Manual de Direito Administrativo (2015, p. 530):

“Além das disposições legais aplicáveis num procedimento licitatório, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha essencialmente vinculada (art. 41 da Lei n. 8.666/93)”.

Trata-se de uma garantia não só para a Administração, mas também para todos os licitantes, conferindo lisura na realização do certame, eis que todas as partes envolvidas têm conhecimento das regras a serem aplicadas.

Conforme narrado anteriormente, o mérito recursal gira em torno de três pontos centrais, quais sejam; *a) a eficácia dos atestados juntados pela empresa; b) a vigência do rótulo apresentado, ainda que expirado; e c) que os testes químicos e de bactéria apresentados, apesar de fidedignos, ainda não foram tornadas públicas, para dar origem à novo protocolo de registro de rótulo na ANM e uma possível aprovação e publicação em dou, para que o novo produto viesse a surgir desta nova comprovação, tratando-se de análise referente à produto diverso do que seria fornecido.*

II.2 - Da validade dos atestados acostados

O edital, em seu subitem 19.1, assim dispôs:

19.1 – Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

A previsão editalícia está em consonância com o que dispõe a Nova Lei de Licitações e contratos, segundo a qual:



PROCESSO Nº	5567
DATA	15 / 03 / 24
FOLHAS Nº	41
RUBRICA	<i>[assinatura]</i>

“Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;”.

Acerca do tema, quanto às parcelas de maior relevância, o edital, no item 19.1.2, assim prevê:

19.1.2 As certidões ou atestados de capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante efetuou execução bem-sucedida com quantidade de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

Mais uma vez, verifica-se a compatibilidade da disposição com a Nova Lei de Licitações e Contratos, segundo a qual:

“Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.”.

Assim, verifica-se que as certidões e atestados possuem como finalidade aferir pela administração o regular cumprimento pela contratada de seus deveres perante terceiros, sendo



certo que, como mencionado no item 19.1, anteriormente trazido, que podem se referir à objeto assemelhado.

Neste sentido, não há qualquer óbice jurídico quanto aos atestados juntados pela empresa, sendo certo que estes podem ser provenientes de empresa pública ou privada, bem como por ente integrante da Administração Direta.

II.3- Da vigência do rótulo e dos testes químicos e bacteriais apresentados

Conforme informado, outro argumento utilizado pela recorrente é que a empresa recorrida utilizou-se de testes químicos e de bacteriais que, apesar de fidedignos, ainda não foram tornados públicos, para dar origem à novo protocolo de registro de rótulo na ANM e uma possível aprovação e publicação em dou, para que o novo produto viesse a surgir desta nova comprovação, **tratando-se de análise referente à produto diverso do que seria fornecido.**

Tal afirmação, caso comprovada, caracterizaria verdadeira burla ao procedimento licitatório, sujeitando o infrator às sanções legais cabíveis, uma vez que configurado ato tendente à ludibriar a contratada, Administração Pública.

Analizando os autos verifica-se que os testes mencionados se encontram juntados às fls. 367/372, possuindo como prazos de validade, respectivamente às datas de 30/04/2024 e 03/04/2024.

Em contrarrazões ao recurso interposto, a recorrida não teceu quaisquer considerações quanto ao ponto ora aduzido, o qual se mostra de grande relevância para a solução do recurso interposto, devendo ser esclarecido, de forma pormenorizada se os testes juntados às fls. 367/372 de fato se referem ao produto que será contratado.

No que tange ao rótulo, importante mencionar o que dispõe o Decreto 7841/45:

“Art. 29. Fica criado o rótulo padrão sujeito à aprovação do D.N.P.M., devendo as águas engarrafadas indicar no mesmo:



	PROCESSO Nº	5567
	DATA	15 / 03 / 24
	FOLHAS Nº	43 RUBRICA

- I. Nome da fonte.
- II. Natureza da água.
- III. Localidade.
- IV. Data e número da concessão,
- V. Nome do concessionário.
- VI. Constantes físico-químicas, composição analítica e classificação, segundo o D.N.P.M.
- VII. Volume do conteúdo.
- VIII. Carimbo com ano e mês de engarrafamento.”.

Por sua vez, a Portaria 470/99, aponta que:

“Art. 1º O rótulo a ser utilizado no envasamento de água mineral e potável de mesa deverá ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, a requerimento do interessado, após a publicação, no Diário Oficial da União, da respectiva portaria de concessão de lavra.”

Em que pese os argumentos trazidos pela recorrente, a norma é imperativa e clara ao informar que os rótulos utilizados devem conter, obrigatoriamente, aprovação DNPM, devendo esta se encontrar regular.

Pontua-se que a Administração não dispõe de expertise técnica no tema para aferir de forma própria, os índices de qualidade da água e possibilidade ou não de comercialização, razão pela qual se faz ainda mais importante o cumprimento dos requisitos técnicos colocados pelos órgãos competentes.

Em consulta ao Processo nº 890.231/2005, que segue anexo, verificou-se que em 18/05/2021 houve movimentação no sentido da aprovação do rótulo referente ao galão de 20 litros. Entretanto, como informado pelo recorrente o pedido de aprovação do novo rótulo caiu em pendência, não sendo demonstrado pela empresa a aprovação do novo rótulo nem o saneamento da pendência.



PROCESSO Nº	5567
DATA	15 03 24
FOLHAS Nº	44
TUBRICA	9

II.4- Da possibilidade e necessidade de realização de diligência

Cabe pontuar que a realização de diligências visando o saneamento e melhor verificação de fatos conhecidos no decorrer de processo licitatório não é mera faculdade, mas verdadeiro Poder-Dever imposto à Administração, decorrente de sua autotutela, visando a verificação de possíveis irregularidades ou o eventual aproveitamento de propostas que trariam melhor benefício financeiro à Administração.

Acerca do caso, a Nova Lei de Licitações e Contratos assim dispõe:

“Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

[...]

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.”

Na hipótese em análise, o conhecimento das alegações apresentadas em sede recursal, no sentido da utilização por parte da empresa recorrida de testes químicos e bacteriais referentes à produtos diversos bem como a ausência de validade do rótulo apresentado só surgiram em momento posterior, se incluindo na ressalva que permite a realização de diligência para saneamento e verificação das alegações.

Neste sentido, a nova lei expressamente prevê a possibilidade de tal procedimento, uma vez que: *“tais diligências não constituem privilégio da licitante, e sim um mecanismo idôneo voltado a aproveitar as melhores propostas para a Administração Pública, cujo*



descarte precipitado, isto sim, poderia acarretar prejuízo econômico para o órgão contratante”¹.

Dessa forma, sugere-se o retorno dos autos à Comissão competente para que diligencie junto à empresa recorrida a fim de se aferir: a) a vigência do rótulo, ainda que expirado, com comprovação clara e precisa da aprovação pelo órgão competente; b) a demonstração de que os testes químicos e bacterianos por ela apresentados se referem de fato ao produto que será contratado.

III - DA CONCLUSÃO

Diante do informado, entende-se esta assessoria:

- a) Pela ausência de qualquer óbice jurídico à aceitação das propostas apresentadas;
- b) Pela necessidade que se diligencie com fito de se aferir a ¹vigência do rótulo, ainda que expirado, com comprovação clara e precisa da aprovação pelo órgão competente; ²a demonstração de que os testes químicos e bacterianos por ela apresentados se referem de fato ao produto que será contratado, sendo certo que a apresentação de documentos referentes à produtos diversos visando levar à erro a Administração caracterizaria conduta fraudalenta, sujeita às sanções legais cabíveis.

Pelo exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão** para ciência do presente parecer e adoção das providências que entender cabíveis.

Ressalta-se que a opinião desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que a análise

¹ TJ/SP, Agravo de Instrumento nº 2151992-08.2022.8.26.0000, Rel. Des. Heloísa Martins Mimessi, j. em 07.11.2022



de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, que poderá decidir de forma diversa, desde que devidamente justificada, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É como opina a Subprocuradoria de Processos Administrativos.

PROCESSO Nº	5567
DATA	15/03/24
FOLHAS Nº	46
SUBSCRITA	[Assinatura]

Nova Friburgo, 15 de março de 2024.

**CARLOS EDUARDO
VILA NOVA DA
VEIGA:11663068798**

Assinado de forma digital por
CARLOS EDUARDO VILA NOVA DA
VEIGA:11663068798
Dados: 2024.03.15 14:08:46 -03'00'

Carlos Eduardo Vila Nova da Veiga
Subprocurador de Processos Administrativos
Matrícula: 63.347



PROCESSO Nº 5567
 DATA 15/03/24
 FOLHAS Nº 47 PUBLICA 9

Dados básicos do processo

Número do processo: 890.213/2005

NUP: 48409.890213/2005-74

Acesso SEI: Clique aqui para acesso ao SEI.

Área (ha): 49,99

Tipo de requerimento: Requerimento de Autorização de Pesquisa

Fase atual: Concessão de Lavra

Ativo: Sim

Superintendência: Gerência Regional / RJ

UF: RJ

Unidade protocolizadora: RIO DE JANEIRO

Data Protocolo: 30/05/2005 00:00:00

Data Prioridade: 30/05/2005 00:00:00

Pessoas relacionadas:

Tipo de Relação	CPF/CNPJ	Nome	Responsabilidade/Representação	Prazo de Arrendamento	Data de Início	Data Final
Titular\Requerente	09.176.323/0001-05	Agua Mineral Oasis da Saude Ltda			06/05/2008	
Responsável Técnico Memorial Descritivo	***.734.057-**	Sergio Luiz Estrella de Pinho	Diversos		30/05/2005	
Representante Legal	***.750.957-**	Fernando Augusto de Barros	Estatutária		30/05/2005	
Titular\Requerente	***.750.957-**	Fernando Augusto de Barros			30/05/2005	06/05/2008

Número do processo de Cadastro da Empresa:

990.641/2009

Títulos:

Número	Descrição	Tipo do Título	Situação do Título	Data de publicação	Data Vencimento
47	CLAV CONCESSÃO DE LAVRA	Portaria de Lavra	Outorgado	15/04/2011	
8619	APU2 AUT PESQ/ALVARÁ DE PESQUISA 02 ANOS PUBL	Alvará de Pesquisa	Outorgado	04/08/2005	04/08/2007

Substâncias:

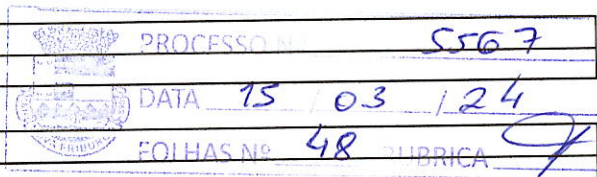
Nome	Tipo de uso	Data de início	Data final	Motivo de encerramento
ÁGUA MINERAL	Engarrafamento	18/06/2009		
GRANITO	Industrial	22/06/2005	18/06/2009	Falta de interesse comercial

Condição de
propriedade do solo:

Municípios:

Nome

CASIMIRO DE ABREU /RJ



PROCESSO Nº 5567
DATA 15/03/24
FOLHAS Nº 48

Tipo

Proprietário da área

Processos associados:

Nenhum processo associado.

Documentos que compõem o processo:

Documento	Data de protocolo
Memorial descritivo	22/06/2005
Planta de situação da área	22/06/2005
Plano dos trabalhos de pesquisa	22/06/2005
Orçamento de pesquisa	22/06/2005
Cronograma de pesquisa	22/06/2005
Prova de recolhimento de emolumentos	22/06/2005
A.R.T. do plano de pesquisa	22/06/2005
A.R.T. do memorial descritivo	22/06/2005
A.R.T. da planta de situação/detalhe	22/06/2005

Eventos:

Descrição	Data	Observação	Publicação D.O.U
418 - CONC LAV/RAL ANO BASE APRESENTADO	13/03/2024	Integração RAL	
448 - CONC LAV/ROTULO ÁGUA MINERAL PROTOCOLIZADO	08/03/2024	Evento inserido pelo Protocolo Digital, verifique o processo SEI correspondente	
436 - CONC LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	19/01/2024	Evento inserido pelo Protocolo Digital, verifique o processo SEI correspondente	
436 - CONC LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	19/01/2024	Evento inserido pelo Protocolo Digital, verifique o processo SEI correspondente	
436 - CONC LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	19/01/2024	Evento inserido pelo Protocolo Digital, verifique o processo SEI correspondente	
694 - PAGAMENTO VISTORIA FISCALIZAÇÃO EFETUADO	08/01/2024	Arquivo: VISTORIA_CADMIN_2024123.txt - Data 23/01/2024 11:01:41 - DNPNET\Rui.gomes	
1094 - CONC LAV/ESTUDO IN LOCO (LAMIN) PROTOCOLIZADO	02/01/2024	Evento inserido pelo Protocolo Digital, verifique o processo SEI correspondente	
424 - CONC LAV/RELATÓRIO REAVALIAÇÃO RESERVA APRESENTADO	13/12/2023	Evento inserido pelo Protocolo Digital, verifique o processo SEI correspondente	
1074 - CONC LAV/ANÁLISE LAMIN PROTOCOLIZADO	25/08/2023	Evento inserido pelo Protocolo Digital, verifique o processo SEI correspondente	
1094 - CONC LAV/ESTUDO IN LOCO (LAMIN) PROTOCOLIZADO	11/04/2023	Evento inserido pelo Protocolo Digital, verifique o processo SEI correspondente	
440 - CONC LAV/ROTULO ÁGUA MINERAL APROVADO PUB	30/03/2023	Relação Relação SEÇÃO 1 - DESPACHOS - 22/2023 - Gerência Regional / RJ - DESPACHOS-SEFIS/ANM/RJ	Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água 890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA- Marca Oasis da Saúde - Fonte Nossa Senhora da Saúde - Volumetria 1,5 mL - Com gás - gaseificada artificialmente.- CASIMIRO DE ABREU/RJ
448 - CONC LAV/ROTULO ÁGUA MINERAL PROTOCOLIZADO	10/02/2023	Evento inserido pelo Protocolo Digital, verifique o processo SEI correspondente	
440 - CONC LAV/ROTULO ÁGUA	01/06/2022	Relação Relação SEÇÃO 1 - DESPACHOS - 36/2022 - Gerência Regional / RJ -	Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água

MINERAL APROVADO PUB		DESPACHOS-ANM/RJ	890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA- Marca edelweiss - Fonte Nossa Senhora da Saúde - Volumetria 20 L - sem gás- CASIMIRO DE ABREU/RJ
448 - CONC LAV/ROTULO ÁGUA MINERAL PROTOCOLIZADO	31/03/2022	Evento inserido pelo Protocolo Digital, verifique o processo SEI correspondente	890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA- Marca edelweiss - Fonte Nossa Senhora da Saúde - Volumetria 20 L - sem gás- CASIMIRO DE ABREU/RJ
448 - CONC LAV/ROTULO ÁGUA MINERAL PROTOCOLIZADO	31/03/2022	Evento inserido pelo Protocolo Digital, verifique o processo SEI correspondente	890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA- Marca edelweiss - Fonte Nossa Senhora da Saúde - Volumetria 20 L - sem gás- CASIMIRO DE ABREU/RJ
440 - CONC LAV/ROTULO ÁGUA MINERAL APROVADO PUB	31/05/2021	Relação Relação SEÇÃO 1 - DESPACHOS - 36/2021 - Gerência Regional / RJ - DESPACHOS-ANM/RJ	Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água 890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA- Marca Oásis da Saúde, fonte Nossa Senhora da Saúde, nas volumetrias 5 L, 10 L e 20 L, todos sem gás- CASIMIRO DE ABREU/RJ
440 - CONC LAV/ROTULO ÁGUA MINERAL APROVADO PUB	18/05/2021	Relação Relação SEÇÃO 1 - DESPACHOS - 31/2021 - Gerência Regional / RJ - DESPACHOS-ANM/RJ	Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água 890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA- Marca Eco da Saúde, fonte Nossa Senhora da Saúde 20 L sem gás- CASIMIRO DE ABREU/RJ
480 - CONC LAV/ROTULO AGUA MINERAL NÃO APROVADO PUB	18/05/2021	Relação Relação SEÇÃO 1 - DESPACHOS - 31/2021 - Gerência Regional / RJ - DESPACHOS-ANM/RJ	Nega aprovação do rótulo de água mineral 890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA
448 - CONC LAV/ROTULO ÁGUA MINERAL PROTOCOLIZADO	14/05/2021	Evento inserido pelo Protocolo Digital, verifique o processo SEI correspondente	
448 - CONC LAV/ROTULO ÁGUA MINERAL PROTOCOLIZADO	28/04/2021	Evento inserido pelo Protocolo Digital, verifique o processo SEI correspondente	
436 - CONC LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	21/08/2020	Evento inserido pelo Protocolo Digital, verifique o processo SEI correspondente	
1094 - CONC LAV/ESTUDO IN LOCO (LAMIN) PROTOCOLIZADO	30/07/2020	Evento inserido pelo Protocolo Digital, verifique o processo SEI correspondente	
1074 - CONC LAV/ANÁLISE LAMIN PROTOCOLIZADO	11/02/2020	Evento inserido pelo Protocolo Digital, verifique o processo SEI correspondente	
436 - CONC LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	09/09/2019	Juntada 48064.003699/2019-60 do processo 890.213/2005 - ESPONSABILIDADE TÉCNICA	
436 - CONC LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	09/09/2019	Juntada 48064.003698/2019-15 do processo 890.213/2005 - SOLICITA ESTUDO "IN LOCO"	
472 - CONC LAV/PRORROGAÇÃO PRAZO EXIGÊNCIA SOLICITADO	17/08/2018	Juntada 48409-002397/2018 - 45 do processo 890.213/2005 - PRORROG. PRAZO P/ CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE RÓTULOS	
436 - CONC LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	26/07/2018	Juntada 48409-002019/2018 - 61 do processo 890.213/2005 - APRESENTA CONTRATO REF. ENVASAMENTO ÁGUA	
470 - CONC LAV/EXIGÊNCIA PUBLICADA	04/06/2018	Relação Relação SEÇÃO 1 - DESPACHOS - 44/2018 - Superintendência / RJ - DFAM	Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias 890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA-OF. N°Ofício nº 915/2018/DNPM/RJ-DFAM
473 - CONC LAV/CUMPRIMENTO EXIGÊNCIA PROTOCOLI	23/03/2018	Juntada 48409-000761/2018 - 32 do processo 890.213/2005 - CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA OF. 3306/2017 - ANEXO RÓTULO	
473 - CONC LAV/CUMPRIMENTO EXIGÊNCIA PROTOCOLI	12/03/2018	Juntada 48409-000653/2018 - 60 do processo 890.213/2005 - CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS REF. OF. N° 3306/2017 - ANEXO RÓTULOS DE 330, 510ML E 1,5 L	

477 - CONC LAV/RECURSO PROTOCOLIZADO	09/02/2018	Juntada 48409-000400/2018 - 96 do processo 890.213/2005 - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DO DESPACHO REF. AI E MULTA	15 / 03 / 24 50
470 - CONC LAV/EXIGÊNCIA PUBLICADA	10/01/2018	Relação Relação SEÇÃO 1 - DESPACHOS - 151/2017 - Superintendência / RJ - DFAM	Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias 890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA-OF. NºOfício Nº 3306/2017/DNPM/RJ-DFAM
459 - CONC LAV/AUTO INFRAÇÃO MULTA PUBLICADA	10/01/2018	Relação Relação SEÇÃO 1 - DESPACHOS - 151/2017 - Superintendência / RJ - DFAM	Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias 890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA- AI Nº 680/2017
473 - CONC LAV/CUMPRIMENTO EXIGÊNCIA PROTOCOLI	27/10/2017	Juntada 48409-003644/2017 - 40 do processo 890.213/2005 - CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA REF. OF. Nº 2435/2017 - ANEXO RÓTULOS E DOCUMENTOS	
460 - CONC LAV/MULTA APLICADA PUBLICADA	28/08/2017	Relação Relação SEÇÃO 1 - DESPACHOS - 106/2017 - Superintendência / RJ - DIVERSOS-FISCALIZAÇÃO-DFAM	Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias 890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA- AI Nº 620/2015
470 - CONC LAV/EXIGÊNCIA PUBLICADA	28/08/2017	Relação Relação SEÇÃO 1 - DESPACHOS - 106/2017 - Superintendência / RJ - DIVERSOS-FISCALIZAÇÃO-DFAM	Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias 890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA-OF. NºOfício nº 2435/2017/DNPM/RJ-DFAM
448 - CONC LAV/ROTULO ÁGUA MINERAL PROTOCOLIZADO	16/08/2017	Juntada 48409-002855/2017 - 65 do processo 890.213/2005 - SOLICITA DESCONSIDERAR O RÓTULO PROTOCOLIZADO EM 07/08/17 E APROVAR NOVO RÓTULO	
448 - CONC LAV/ROTULO ÁGUA MINERAL PROTOCOLIZADO	07/08/2017	Juntada 48409-002760/2017 - 41 do processo 890.213/2005 - SOLICITA APROVAÇÃO DO RÓTULO	
472 - CONC LAV/PRORROGAÇÃO PRAZO EXIGÊNCIA SOLICITADO	12/06/2017	Juntada 48409-002103/2017 - 02 do processo 890.213/2005 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA REF. OF. Nº 448/2017	
473 - CONC LAV/CUMPRIMENTO EXIGÊNCIA PROTOCOLI	12/06/2017	Juntada 48409-002102/2017 - 50 do processo 890.213/2005 - CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA REF. OF. Nº 448/2017 - ANEXO RÓTULOS	
470 - CONC LAV/EXIGÊNCIA PUBLICADA	12/04/2017	Relação Relação SEÇÃO 1 - DESPACHOS - 30/2017 - Superintendência / RJ - DESPACHOS-FISCALIZAÇÃO-DFAM	Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias 890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA-OF. NºOfício Nº 448/2017/DNPM/RJ-DFAM
1074 - CONC LAV/ANÁLISE LAMIN PROTOCOLIZADO	28/12/2016	Juntada 48409-004912/2016 - 60 do processo 890.213/2005 - ANÁLISE PARÂMETROS OBTIDOS IN LOCO - BOLETIM 483/LAMIN/16 - JO750796590BR	
473 - CONC LAV/CUMPRIMENTO EXIGÊNCIA PROTOCOLI	31/03/2016	Juntada 48409-001393/2016 - 88 do processo 890.213/2005 - CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA OF. 3710/2015	
436 - CONC LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	10/03/2016	Juntada 48409-000995/2016 - 18 do processo 890.213/2005 - SOLICITA ESTUDO IN LOCO DA FONTE NOSSA SENHORA DA SAÚDE	
436 - CONC LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	15/01/2016	Juntada 48409-000126/2016 - 93 do processo 890.213/2005 - SOLICITAÇÃO DE ESTUDO IN LOCO DA FONTE NOSSA SENHORA DA SAÚDE	
471 - CONC LAV/PRORROGAÇÃO PRAZO EXIGÊNCIA CONCEDIDO	04/01/2016	Relação Relação SEÇÃO 1 - DESPACHOS - 191/2015 - Superintendência / RJ - DESPACHOS-FISCALIZAÇÃO-DFAM	Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias 890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA-OF. NºOfício nº 3710/2015/DNPM/RJ-DFAM
459 - CONC LAV/AUTO INFRAÇÃO MULTA PUBLICADA	04/01/2016	Relação Relação SEÇÃO 1 - DESPACHOS - 191/2015 - Superintendência / RJ - DESPACHOS-FISCALIZAÇÃO-DFAM	Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias 890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA- AI Nº 620/2015
448 - CONC LAV/ROTULO ÁGUA	09/09/2015	Juntada 48409-003564/2015 - 22 do processo 890.213/2005 - SOLICITA APROVAÇÃO DE	

MINERAL PROTOCOLIZADO		RÓTULO	
448 - CONC LAV/ROTULO ÁGUA MINERAL PROTOCOLIZADO	09/09/2015	Juntada 48409-003563/2015 - 88 do processo 890.213/2005 - SOLICITA APROVAÇÃO DE RÓTULOS	PROCESSO Nº 5567 25.03.24
473 - CONC LAV/CUMPRIMENTO EXIGÊNCIA PROTOCOLI	09/09/2015	Juntada 48409-003562/2015 - 33 do processo 890.213/2005 - CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA REF. OF. 1432/2015 - ANEXO RÓTULOS	ATA FOLHAS Nº 51 RUBRICA
436 - CONC LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	04/08/2015	Juntada 48409-002988/2015 - 70 do processo 890.213/2005 - APRESENTA PROCURAÇÃO	
470 - CONC LAV/EXIGÊNCIA PUBLICADA	13/07/2015	Relação Relação SEÇÃO 1 - DESPACHOS - 101/2015 - Superintendência / RJ - DESPACHOS-FISCALIZAÇÃO-DFAM	Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias 890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA-OF. NºOfício nº 1432/2015/DNPM/RJ- DFAM
472 - CONC LAV/PRORROGAÇÃO PRAZO EXIGÊNCIA SOLICITADO	18/05/2015	Juntada 48409-001789/2015 - 44 do processo 890.213/2005 - PRORROG. PRAZO P/ CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA OF. 393/2015	
470 - CONC LAV/EXIGÊNCIA PUBLICADA	30/03/2015	Relação Relação SEÇÃO 1 - DESPACHOS - 36/2015 - Superintendência / RJ - DESPACHOS-FISCALIZAÇÃO-DFAM	Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias 890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA-OF. NºOfício nº 393/2015/DNPM/RJ- DFAM
448 - CONC LAV/ROTULO ÁGUA MINERAL PROTOCOLIZADO	10/10/2014	Juntada 48409-004568/2014 - 47 do processo 890.213/2005 - SOLICITA APROVAÇÃO DE RÓTULO	
448 - CONC LAV/ROTULO ÁGUA MINERAL PROTOCOLIZADO	14/08/2014	Juntada 48409-003720/2014 - 74 do processo 890.213/2005 - SOLICITA APROVAÇÃO DE RÓTULOS	
436 - CONC LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	11/08/2014	Juntada 48409-003639/2014 - 94 do processo 890.213/2005 - GEÓLOGO SERCIO PINHO INFORMA QUE NÃO É RESP. TÉCNICO DA EMPRESA TITULAR DO PROCESSO	
694 - PAGAMENTO VISTORIA FISCALIZAÇÃO EFETUADO	07/05/2014	Arquivo: VISTORIA_CADMIN_201458.txt - Data 08/05/2014 08:49:07 - DNPMNET/flavia.krupp	
472 - CONC LAV/PRORROGAÇÃO PRAZO EXIGÊNCIA SOLICITADO	22/04/2014	Juntada 48409-001853/2014 - 14 do processo 890.213/2005 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO P/ CUMPR REF NOTIFICAÇÃO 01/2014	
436 - CONC LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	18/09/2013	Juntada 48409-004598/2013 - 72 do processo 890.213/2005 - APRESENTA PROCURAÇÃO AUTENTICADA	
436 - CONC LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	04/07/2013	Juntada 48409-003327/2013 - 08 do processo 890.213/2005 - PEDIDO DE RECLASSIFICAÇÃO DA ÁGUA	
1074 - CONC LAV/ANÁLISE LAMIN PROTOCOLIZADO	20/05/2013	Juntada 48409-002622/2013 - 39 do processo 890.213/2005 - ANÁLISE: PARÂMETROS OBTIDOS IN LOCO - BOLETIM Nº 172/LAMIN/13 - RA887943413BR - POSTAGEM 16/05/2013 - RA887943413BR POSTAGEM 16/05/13	
436 - CONC LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	31/10/2012	Juntada 48409-004778/2012 - 30 do processo 890.213/2005 - SOLICITAÇÃO DE ESTUDO IN LOCO	
436 - CONC LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	20/12/2011	Juntada 48409-007519/2011 - 80 do processo 890.213/2005 - SOLICITA VISTORIA TÉCNICA PARA DAR INÍCIO A SUA ATIVIDADE	
471 - CONC LAV/PRORROGAÇÃO PRAZO EXIGÊNCIA CONCEDIDO	09/11/2011	Relação Relação SEÇÃO 1 - DESPACHOS - 202/2011 - Superintendência / RJ - DESPACHOS DIVERSOS DGTM	Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias 890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA-OF. Nº3437/2011-DDM
440 - CONC LAV/ROTULO ÁGUA MINERAL APROVADO PUB	28/10/2011	Relação Relação SEÇÃO 1 - DESPACHOS - 189/2011 - Superintendência / RJ - DESPACHOS DIVERSOS DFAM - FISCALIZACAO	Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água 890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA- Nossa Senhora da Saúde, Oásis 330 ml

			(com e sem gás), 510 ml (com e sem gás), 1,5 L (com e sem gás), 5 L, 10 L e 20 L.- CASIMIRO DE ABREU/RJ
436 - CONC LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	06/10/2011	Juntada 48409-006012/2011 - 17 do processo 890.213/2005 - COMUNICADO POR NÃO TER INICIADO O TRABALHO DE LAVRA	PROCESSO Nº 587
473 - CONC LAV/CUMPRIMENTO EXIGÊNCIA PROTOCOLI	05/10/2011	Juntada 48409-006000/2011 - 84 do processo 890.213/2005 - COMUNICA CONCLUSÃO DA COLOCAÇÃO DOS MARCOS DOS VÉRTICES REF OF Nº 2210/2011/DDM - SI 180156660 BR POSTAGEM 04/10/2011	DATA 15 03 124 FOLHAS Nº 52 RUBRICA
436 - CONC LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	04/10/2011	Juntada 48409-005940/2011 - 56 do processo 890.213/2005 - SOLICITA VISTORIA TÉCNICA	
448 - CONC LAV/ROTULO ÁGUA MINERAL PROTOCOLIZADO	21/09/2011	Juntada 48409-005659/2011 - 13 do processo 890.213/2005 - SOLICITA APROVAÇÃO DE RÓTULOS	
472 - CONC LAV/PRORROGAÇÃO PRAZO EXIGÊNCIA SOLICITADO	06/09/2011	Juntada 48409-005404/2011 - 51 do processo 890.213/2005 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO P/ CUMPRIMENTO DE EXIG OF Nº 2210/2011 /DDM	
472 - CONC LAV/PRORROGAÇÃO PRAZO EXIGÊNCIA SOLICITADO	06/09/2011	Juntada 48409-005404/2011 - 51 do processo 890.213/2005 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO P/ CUMPRIMENTO DE EXIG REF OF Nº 2432/2011/DGTM E CUMPRIMENTO PARCIAL DA EXIG	
470 - CONC LAV/EXIGÊNCIA PUBLICADA	15/07/2011	Relação Relação SEÇÃO 1 - DESPACHOS - 137/2011 - Superintendência / RJ - DESPACHOS DIVERSOS - DGTM	Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias 890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA-OF. Nº2.210/2011/DDM/DNPM/RJ
436 - CONC LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	07/06/2011	Juntada 48409-003366/2011 - 00 do processo 890.213/2005 - PEDIDO DE RECLASSIFICAÇÃO DA ÁREA	
403 - CONC LAV/IMISSÃO DE POSSE REQUERIDA	31/05/2011	Juntada 48409-003200/2011 - 85 do processo 890.213/2005 - PEDIDO DE IMISSÃO DE POSSE ANEXO PAGTº DE TAXA	
400 - CONC LAV/PORTARIA CONCESSÃO DE LAVRA PUBLICADA - MME	15/04/2011	Atos do Secretário da SGM/MME- Seção I - Página 87.	
336 - REQ LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	08/10/2010	Juntada 48400-000643/2010 - 33 do processo 890.213/2005 - APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO SIMPLIFICADA	
1398 - REQ LAV/LICENÇA AMBIENTAL PROTOCOLIZADA	24/06/2010	Juntada 48409-002286/2010 - 48 do processo 890.213/2005 - APRESENTA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA - INEA Nº IN001964/2010	
1054 - REQ LAV/EXIGÊNCIA LICENÇA AMBIENTAL PUB	17/05/2010	Relação SEÇÃO 1 - DESPACHOS - 64/2010 - Superintendência / RJ - SUPERINTENDÊNCIA DO RIO DE JANEIRO	Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias 890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA-OF. Nº1170/2010
336 - REQ LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	27/04/2010	Juntada 48409-001434/2010 - 15 do processo 890.213/2005 - LAMIM BOLETIM 261 - 2010	
365 - REQ LAV/CUMPRIMENTO EXIGÊNCIA PROTOCOLIZ	08/04/2010	Juntada 48409-001208/2010 - 26 do processo 890.213/2005 - CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA	
336 - REQ LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	18/02/2010	Juntada 48409-000548/2010 - 30 do processo 890.213/2005 - SOLICITAÇÃO DE ANÁLISE "IN LOCO"	
365 - REQ LAV/CUMPRIMENTO EXIGÊNCIA PROTOCOLIZ	21/12/2009	Juntada 48409-004594/2009 - 74 do processo 890.213/2005 - OF. 3.187/09	
361 - REQ LAV/EXIGÊNCIA PUBLICADA	09/12/2009	Relação 234/2009 - 9º Distrito - RJ - DESPACHO DO CHEFE DO 9º DST DO DNPM	Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias 890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA-OF. Nº31872009


336 - REQ LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	13/11/2009	Juntada 48409-004106/2009 - 29 do processo 890.213/2005 - SOLICITA VISTORIA	PROCESSO Nº 5567 15/03/24
336 - REQ LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	14/07/2009	Juntada 48409-002580/2009 - 16 do processo 890.213/2005 - ENCAMINHA RESPOSTA AO OFÍCIO DNP Nº 34/2009 -FZ. Enviado p/Correio em 14/07/2009.	FOLHAS Nº 53 PUBLICA
350 - REQ LAV/REQUERIMENTO LAVRA PROTOCOLIZADO	06/07/2009	Referente à juntada 48409 - 002.443/2009	
317 - DIR REQ LAVRA/RELATORIO PESQ APROV ART 30 I CM PUBL	18/06/2009	Relação 149/2009 - SEDE - DF - RELAÇÃO DIAD - 149	Aprova o relatório de Pesquisa 890.213/2005-ÁGUA MINERAL OÁSIS DA SAÚDE LTDA-ÁGUA MINERAL
236 - AUT PESQ/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	01/06/2009	Juntada 48409-001946/2009 - 30 do processo 890.213/2005 - SOLICITA CERTIDÃO DE ISENÇÃO P/DESMONTE	
236 - AUT PESQ/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	12/05/2009	Juntada 48409-001675/2009 - 12 do processo 890.213/2005 - APRES. CORREÇÃO DA FONTE INFORMADA NO R.F.P.	
236 - AUT PESQ/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	26/03/2009	Juntada 48409-001060/2009 - 96 do processo 890.213/2005 - DOCUMENTOS	
236 - AUT PESQ/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	19/12/2008	Juntada 48409-004368/2008 - 11 do processo 890.213/2005 - SOLICITA CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR	
255 - AUT PESQ/CUMPRIMENTO EXIGÊNCIA PROTOCOLI	08/12/2008	Juntada 48409-004235/2008 - 36 do processo 890.213/2005 - .	
227 - AUT PESQ/PAGAMENTO Multa EFETUADO	28/11/2008	Arquivo:MULTA_CADMIN_2008_12_02.txt.txt - Data:3/12/2008 8:06:13	
662 - NOTIFICAÇÃO ADM PGTO DÉBITO Multa	23/10/2008	Arquivo:rel_171-2008_RJ.txt - Data:5/11/2008 9:38:38	
225 - AUT PESQ/Multa APLICADA PUBLICADA	10/09/2008	Arquivo:rel_132-2008_RJ.txt - Data:10/9/2008 12:01:30	
236 - AUT PESQ/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	12/08/2008	Juntada 48409-002677/2008 - 48 do processo 890.213/2005 - Apres. Assentimento do IBAMA	
224 - AUT PESQ/AUTO INFRAÇÃO Multa PUBLICADA	30/07/2008	Nome do arquivo: rel_112-2008_RJ.txt Data da gravação: 31/07/2008 Usuário: Helena Nogueira Araujo	
1387 - AUT PESQ/RETIFICAÇÃO DE DESPACHO PUBLICADO	16/07/2008		
251 - AUT PESQ/PRORROGAÇÃO PRAZO EXIGÊNCIA SOLICITADO	10/07/2008	JUNTADA Nº 2293/08 SOLIC. PRORROG. DE PRAZO	
282 - AUT PESQ/TRANSF DIREITOS -CESSÃO TOTAL EFETIVADA	23/05/2008		
281 - AUT PESQ/TRANSF DIREITOS -CESSÃO TOTAL APROVADA	06/05/2008	Nome do arquivo: Relação 068-2008-RJ- Publicada em 06-05-2008.txt Data da gravação: 09/05/2008 Usuário: Francisco Fontinely Nogueira Silva	
249 - AUT PESQ/TRANSF DIREITOS -CESSÃO TOTAL PROTOCOLIZADA	12/03/2008	JUNTADA Nº836/08 - CESSÃO TOTAL À ÁGUA MINERAL OÁSIS SA SAÚDE LTDA.	
252 - AUT PESQ/PRORROGAÇÃO PRAZO EXIGÊNCIA CONCEDIDO	04/03/2008	Nome do arquivo: Relação 032-2008-RJ- publicada em 04-03-2008.txt Data da gravação: 05/03/2008 Usuário: Francisco Fontinely Nogueira Silva	
690 - PAGAMENTO EMOLUMENTOS CESSÃO TOTAL DIREITOS	22/02/2008	JUNTADA Nº836/08.	

693 - PAGAMENTO EMOLUMENTOS DEMAIS ATOS AVERBAÇÃO	22/02/2008	JUNTADA Nº 836/08 12/03/08 COMP. DE PAG. DE CESSÃO PAGO NO BANCO DO BRASIL R\$ 250,00	PROCESSO Nº 5567 DATA 15 03 24 FOLHAS Nº 54 PUBLICA
251 - AUT PESQ/PRORROGAÇÃO PRAZO EXIGÊNCIA SOLICITADO	04/12/2007	JUNTADA Nº 3769/07 SOLIC. PRORROG. DE PRAZO P/ CUMP. DE EXIG.	
252 - AUT PESQ/PRORROGAÇÃO PRAZO EXIGÊNCIA CONCEDIDO	03/12/2007	Nome do arquivo: RELAÇÃO 188-2007- RJPUBLICADA.txt Data da gravação: 07/12/2007 Usuário: Aparecida D"Abadia Rodrigues	
251 - AUT PESQ/PRORROGAÇÃO PRAZO EXIGÊNCIA SOLICITADO	17/10/2007	JUNTADA Nº 3266/07 SOLIC. PRORROG. DE PRAZO P/ CUMP. DE EXIG.	
694 - PAGAMENTO VISTORIA FISCALIZAÇÃO EFETUADO	08/10/2007	JUNTADA Nº 3218/07 10/10/07 COMP. DE PAG. DE VISTORIA DE FISCALIZAÇÃO PAGO NO BANCO DO BRASIL R\$300,00	
252 - AUT PESQ/PRORROGAÇÃO PRAZO EXIGÊNCIA CONCEDIDO	04/10/2007	Nome do arquivo: RELAÇÃO 142-2007- RJPUBLICADA.txt Data da gravação: 04/10/2007 Usuário: Aparecida D"Abadia Rodrigues	
236 - AUT PESQ/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	10/08/2007	JUNTADA DE Nº 2554/07 REF. PROTOCOLO DO IBAMA	
250 - AUT PESQ/EXIGÊNCIA PUBLICADA	06/07/2007	Nome do arquivo: RELAÇÃO 079-2007-RJ.txt Data da gravação: 06/07/2007 Usuário: Aparecida D"Abadia Rodrigues	
794 - AUT PESQ/RELATORIO PESQ POSITIVO APRESENTADO	24/04/2007	JUNTADA Nº 1241/07.	
264 - AUT PESQ/PAGAMENTO TAH EFETUADO	31/01/2007	Nome do arquivo: TAH_CADMIN_2007_1_01022007_081321.txt Data da gravação: 01/02/2007 Usuário: Yvone Sena de Sá	
540 - AUT PESQ/TRANSF DIREITOS -CESSÃO PARCIAL EFETIVADA	16/10/2006		
327 - AUT PESQ/DESPACHO RETIFICACAO ALVARÁ PUB	28/09/2006	Nome do arquivo: RELAÇÃO 326-2006- SEDEINTERNET.txt Data da gravação: 28/09/2006 Usuário: Aparecida D"Abadia Rodrigues	
175 - AUT PESQ/TRANSF DIREITOS -CESSÃO PARCIAL APROVADA	28/09/2006	Parte da area deste alvara foi cedido para o DNPM 890445/06	
545 - AUT PESQ/TRANSF DIREITOS -CESSÃO PARCIAL PROTOCOLIZADA	18/08/2006		
209 - AUT PESQ/INICIO DE PESQUISA COMUNICADO	12/07/2006		
214 - AUT PESQ/COMUNICACAO OCORR OUTRA SUBSTANCI	12/07/2006		
264 - AUT PESQ/PAGAMENTO TAH EFETUADO	31/01/2006	Nome do arquivo: TAH_CADMIN_2006_1_01022006_093735.txt Data da gravação: 01/02/2006 Usuário: Yvone Sena de Sá	
322 - AUT PESQ/ALVARÁ DE PESQUISA 02 ANOS PUBL	04/08/2005		
100 - REQ PESQ/REQUERIMENTO PESQUISA PROTOCOLIZADO	30/05/2005		

IMPORTANTE: este serviço possui caráter meramente informativo e, portanto, não dispensa o uso dos instrumentos oficiais pertinentes para produção de efeitos legais. As informações são disponibilizadas no momento e na forma em que são inseridas na base de dados pelos servidores e colaboradores do DNPM.



© Todos os Direitos Reservados - 2020

	PROCESSO Nº	5567
	DATA	15 / 03 / 24
	FOLHAS Nº	55 RUBRICA

